

Reportando memórias a partir da patrimonialização

Narrativas jornalísticas em campos de concentração do Brasil

DANIEL MACÊDO

Universidade Federal de Ouro Preto

daniel.3macedo@gmail.com

Orcid: /0000-0002-1415-7792



urante a seca de 1932, o Governo Vargas instalou sete campos de concentração no Ceará a fim de conter os fluxos migratórios para centros urbanos. Dispostos em localidades que hoje constituem as cidades do Crato, de Cariús, de Senador Pompeu, de Ipu, de Quixeramobim e de Fortaleza – sendo dois nesta última – os campos se constituíram como zonas de confinamento de retirantes que, em suas dimensões necropolíticas (Macêdo, 2024), mobiliza e atualiza as tecnologias de contenção social exercidos por instituições públicas em períodos anteriores de estiagem.

As dinâmicas de funcionamento dos campos de concentração, pesquisadas pelos historiadores Frederico Neves (2000, 1995) e Kênia Rios (2014), fundavam-se em lógicas de controle demarcadas pelo isolamento social que, em alguns casos, reuniu populações maiores que quaisquer cidades do Ceará naquele período. Após a liberação, em 1933, os espaços de confinamento mobilizaram disputas em torno das significações aos lugares e, com isso, em proposições de memórias elaboradas por agentes diversos, com distintos exercícios de poderes.

Com o tempo, as espacialidades dos confinamentos foram reorganizadas sob formas particulares para propor memórias sobre o acontecimento histórico que, entre as dinâmicas de lembrar e de esquecer propostas por Paul Ricoeur (2007), revelam as tomadas de posi-

Pour citer cet article

Référence électronique

Daniel Macêdo, « Reportando memórias a partir da patrimonialização: Narrativas jornalísticas em campos de concentração do Brasil », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 15, n°1 - 2026, 15 juin - june 15 - 15 de juno.

<https://doi.org/10.25200/SLJ.v15.n1.2026.667>



ção que as constituem. Ao longo da pesquisa doutoral (Macêdo, 2025A), temos observado uma ampla variedade de elaborações narrativas sobre os campos de concentração que, em diferentes períodos históricos, enredam disputas sobre os contornos e os silêncios que envolvem o caso. Esta também tem sido uma preocupação do historiador Aterlane Martins (2015) que, ao considerar os esforços de silenciamento e de controle do Estado às narrativas sobre os campos de concentração, investiga os diferentes contornos de memórias que são afirmados por outros agentes políticos que incidem e disputam perspectivas aos acontecimentos, a exemplo dos grupos católicos, de coletivos culturais e de movimentos sociais em Senador Pompeu.

Senador Pompeu é um palco relevante das disputas de memória se, em diálogo com Martins (2015), considerarmos os diferentes agentes sociais que mobilizam proposições para lembrar e esquecer do Campo do Patu e o fluxo histórico em que elaborações sobre o caso não cessam de ocorrer, assumindo diferentes formas e nuances particulares com o tempo. Frente a esta mutabilidade contextual, tomamos a patrimonialização municipal do Sítio Histórico do Campo do Patu, em 2019, como um caso de interesse por considerarmos que se fundamenta por uma elaboração narrativa oficializada pelo Estado que legitima uma perspectiva sobre o acontecimento.

O relatório patrimonial é, neste caso, orientado a produzir pretensas estabilizações à memória e ao controle das narrativas sobre o acontecimento; firmando, assim, um exercício de poder que tanto elenca as posições do Estado diante do caso, quanto rejeita as outras perspectivas que dela contrastam. Retomando os apontamentos de Macêdo (2024, 2025A) ao investigar as afirmações que permeiam estes documentos, é justo considerarmos que estas proposições, direcionadas a outros agentes, também mobilizaram outros processos narrativos que empenham diferentes dinâmicas de adesão e de recusa ao que se propõe com o marco histórico delimitado pela via patrimonial.

Dentre estes agentes, estão instituições jornalísticas que, em que pesem as reportagens sazonais realizadas sobre o caso desde a liberação em 1933, tem, no ano de 2019, um volume marcante de textualizações que mobilizam perspectivas ao acontecimento a partir do marco patrimonial. Para mapearmos as produções, percorremos buscadores digitais e hemerotecas com produções impressas considerando o lastro de publicações referentes a quarenta e cinco antes e depois da cerimônia de patrimonialização, ocorrida em 20 de julho. A identificação de jornalistas presentes na cerimônia tornou-se um indício importante para buscarmos por publicações específicas; contudo, a fim de reunir um conjunto maior de publicações, adotamos os termos “campo de concentração” e “campo do Patu”

como palavras-chave de busca. Apesar do caráter amplo dos termos, todas as produções encontradas neste período estavam relacionadas à patrimonialização. Para além das produções telejornalísticas, discutidas com maior fôlego na tese (Macêdo, 2025A), mapeamos um conjunto de 12 reportagens direcionadas à circulação digital e impressa detalhados na Tabela 1.

Considerando as particularidades contextuais das disputas de memória sobre o Campo do Patu vivenciadas em 2019 e as delimitações narrativas constantes no marco patrimonial de Senador Pompeu, este artigo assume as reportagens elencadas como materialidades de pesquisa a fim de investigar os envolvimento das iniciativas jornalísticas com o caso a partir das narrativas que circulam. Neste percurso, questionamos as tomadas de posição exercidas a partir de um conjunto de temas relacionados ao caso para, com isso, discutirmos como as particularidades constituintes de cada reportagem, ainda que mobilizadas por um chamado comum, estabelecem diferentes proposições de memórias em razão dos agenciamentos que as constituem.

NOTAR MEMÓRIAS EM NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Se é justo reconhecermos que o marco patrimonial é um desígnio narrativo que nos confere uma perspectiva aos campos de concentração; cabe, em conjunto, conferir que seu papel de mobilização à outras produções sobre o caso não define ou engessa as possibilidades narrativas de quem com ele se relaciona. Diante das reportagens mapeadas, partimos do reconhecimento que cada uma delas é materialização de um processo particular de criação frente a um chamado comum: o marco patrimonial. Se cada uma delas se dá sob empenhos específicos de recursos, sob lógicas e interesses circunscritos por quem a produz, é justo notarmos que há, ainda, um contexto aparentemente comum e dimensionado pelas características que fazem do marco patrimonial um acontecimento mobilizador do acontecimento histórico dos campos de concentração e essa relação, por sua vez, confere peculiaridades nos modos de narrar.

Em conjunto com Bruno Leal (2022), pensamos que as narrativas jornalísticas, em sua produção, impregnem-se não apenas pelas particularidades do contexto, mas pelos agenciamentos que as constituem. Há, pois, uma ação constituinte, criativa, pela qual a narrativa se modela como uma proposição disposta aos outros – que também podem agir diante dela, com ela. Dialogando com tais posicionamentos, a pesquisadora brasileira Luciana Amormino (2024) avança ao propor que processos de criação narrativa, permeados pelas tensões entre lembrar e esquecer,

Tabela 1: Listagem de publicações analisadas

Produto	Publicação	Autor	Reportagem	Formatos
<i>Diário do Nordeste</i>	30 jun. 2019	Alex Pimentel	Campo de concentração de Senador Pompeu será tombado	Digital
<i>El País</i>	04 jul. 2019	Marina Rossi	Quando a seca criou os ‘campos de concentração’ no sertão do Ceará	Digital
<i>Folha de S.Paulo</i>	04 jul. 2019	Anna Balloussier	Campo de concentração no Ceará, anterior aos de Hitler, será tombado.	Digital e impresso
<i>Diário de Pernambuco</i>	04 jul. 2019	Sem identificação	Campo de concentração no Ceará, anterior aos do nazismo, será tombado.	Digital
<i>Deutsche Welle</i>	20 jul. 2019	Carlos Albuquerque	A trágica história dos “campos de concentração” do Ceará.	Digital
<i>Portal Uol</i>	20 jul. 2019	Carlos Albuquerque	A trágica história dos „campos de concentração“ do Ceará	Digital
<i>Portal G1</i>	20 jul. 2019	Thatiany Nascimento	Campo de concentração onde ‚flagelados da seca‘ eram aprisionados é tombado no Ceará	Digital
<i>Repórter Ceará</i>	20 jul. 2019	Sem identificação	Campo de concentração de Senador Pompeu será tombado hoje, 20.	Digital
<i>O Povo</i>	20 jul. 2019	Sem identificação	Único campo de concentração preservado no Ceará é tombado em Senador Pompeu	Digital
<i>Diário do Nordeste</i>	20 jul. 2019	Thatiany Nascimento	Há 87 anos, campo de concentração em Fortaleza foi atração para visitantes de outros estados.	Digital
<i>Diário do Nordeste</i>	20 jul. 2019	Sem identificação	Campo de concentração é tombado na cidade de Senador Pompeu.	Digital e impresso
<i>Portal Terra</i>	22 jul. 2019	Sem identificação	A trágica história dos „campos de concentração“ do Ceará	Digital

elaboram-se por “gestos de memória”; isto é, por ações direcionadas a tensionar os modos como reconhecemos os ocorridos no presente em que vivemos.

A elaboração conceitual de gestos de memória realizada por Amormino (2024) é um reconhecimento de que, como criações permeadas pelas relações que as instituem, comportam tensionamentos possíveis com os movimentos e as instabilidades da memória de caráter coletivo. Neste sentido, Amormino (2024, p. 37) evidencia “a dimensão processual e em movimento da memória, o vínculo do gesto com a noção de agência e as tensões temporais em disputa nas narrativas de memória” como elementos que desestabilizam o espaço-tempo e pelos quais podemos tomá-las como proposições instáveis em razão do que há de manejos, de elaborações e de tomadas de posição que perpassam as criações.

No caso em análise, temos um acontecimento mobilizador marcado por gestos de memória ao posicionar a patrimonialização como um dado narrativo que, conferido por legitimações sociais, confere uma perspectiva sobre o acontecimento histórico admitida pelo Município de Senador Pompeu – que discutimos com maior fôlego em outros trabalhos (Macêdo, 2024; 2025a). A partir do chamado instituído pelo marco patrimonial, outros gestos de memória, em adesão e em recusa ao admitido pelo Estado, podem ser elaborados por outros agentes. Neste trabalho, dada a atenção às produções jornalísticas, elencamos que cada uma delas mobiliza seus próprios gestos de memória; afinal, são realizadas sob processualidades distintas e sob intenções políticas que se particularizam em razão das especificidades nas relações admitidas por cada iniciativa jornalística com o caso.

Há, em cada reportagem, uma fundante dimensão gestual com a qual seus produtores se envolvem com os acontecimentos e que se tornam especialmente relevantes quando retomamos os escritos de Luciana Amormino (2024, p. 42) que nos incita a notar que memórias se dão como “um processo de criação e movimento que envolve tempo e espaço, uma instância em constante produção numa relação fluida, dialética e inacabada entre eles, compreendida como parte, produto e produção da sociedade”. Assim, deslocando as reportagens de um dado estável sobre os ocorridos, considerar os gestos de memória torna-se um empenho para notarmos as agências jornalísticas diante de um caso e as disputas que envolvem os modos de lembrar e de esquecer um dado acontecimento.

A proposição de Amormino (2024) ao conceituar gestos de memórias como processos de constituição narrativa dos acontecimentos nos convoca a conferirmos que as narrativas jornalísticas se elaboram com fins a tensionar os modos como nos lembramos dos ocorridos. Por isso, cabe questioná-las não apenas sobre as perspectivas admitidas aos acontecimentos; mas, também, sobre suas finalidades ao propor memórias sob determinados viéses. Partindo desta compreensão em que reconhecemos tanto que o jornalismo nos propõe memórias, quanto a incompletude dessas proposições frente às parciaisidades e às agências que as enredam; este trabalho parte de um experimento metodológico orientado em relações com as reportagens em três movimentos dispostos a seguir.

Para valorizarmos os aspectos contextuais em torno das produções jornalísticas, o primeiro movimento foi orientado à caracterização dos agentes envolvidos e seus processos de textualização das reportagens que integram o corpus. Trata-se de um empenho para situarmos suas especificidades e, a partir disso, localizarmos os agenciamentos que produzem. Assim, dialogando com as formulações de Leal (2022), tateamos as textualidades que perpassam a produção das reportagens e criamos condições para observá-las enquanto resultantes de uma ação politicamente posicionada.

Assumindo as complexidades sensíveis ao nos envolvermos com os textos, o segundo movimento se direcionou em processos de relação com cada uma das reportagens envolvidas para, com isso, identificar as narrativas que nos são aparentes. Narrativa é, aqui, um “operador heurístico” como pensado por Ricoeur (2010) e reverberado por Leal, Manna e Jácome (2019, p. 83) ao implicarem o caráter experiencial que as constitui e pela qual a “narrativa deixa de ser tomada como dado e se transforma em modo de articulação temporal dos elementos e das dinâmicas textuais que compõem os jornais, em toda a sua complexidade sensível”.

Como antevira Ricoeur (2010), consideramos as possibilidades de sermos afetados pelo tempo e por outros agentes que, a exemplo das narrativas, nos encontram e agem conosco enquanto estamos a viver. Tais movimentos, portanto, implicam-se pelas experiências com os textos e, como temos acumulado (Macêdo, 2025B), marcam-se pelas relações sensíveis do pesquisador com as materialidades com as quais se envolve. Neste fluxo, empenhamos duas rodadas de experiências com textos: na primeira, identificamos a cerimônia de patrimonialização, o detalhamento do sítio histórico, a relação do Estado com o caso, as caracterizações do campo de concentração, os cotidianos em confinamento, as referências à experiências anteriores e as relações com Auschwitz como elementos narrativos possíveis às produções; na segunda, notamos como cada publicação se relaciona com cada uma destas possibilidades de narrar o caso.

A partir das notações, o terceiro movimento, por fim, dinamiza o enredamento das narrativas dispostas frente aos elementos identificados a fim de mobilizar discussões sobre os gestos de memórias que se empenham. Assim, estabelecemos vinculações entre as reportagens a fim de notarmos as aproximações e os distanciamentos em torno de um dado referente para, com isso, notarmos como cada editoria se comporta frente a diferentes elementos que incitam modos de lembrar e de esquecer do acontecimento histórico.

Notas sobre agências jornalísticas

O Decreto de Patrimonialização (Senador Pompeu, 2019), assinado em 30 de abril sob vigência imediata, não se constituiu como chamado ao jornalismo para elaborações de narrativas sobre o Campo do Patu. O que se observa, em todas as publicações analisadas, é a centralidade da cerimônia pública ocorrida no dia 20 de julho que, com a presença de autoridades políticas e de representantes de instituições públicas, firmaria um marco eventual e celebrativo em torno do tombamento.

Exceto as reportagens do *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019), circulada em 30/jun; do *El País* (Rossi, 2019) e da *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019), realizadas em 04/jul, todas as demais foram publicadas no dia 20/jul em variações de suportes digitais e impressos mobilizando a atenção de seus públicos para o acontecimento demarcado com a cerimônia. Apesar da centralidade, ao situarmos as publicações frente à eventualidade deste marcador temporal, é justo notarmos que nenhuma delas mobilizou esforços de cobertura jornalística durante a ocorrência da cerimônia.

Apenas *El País* (Rossi, 2019) realizou deslocamentos até a cidade para conferir investigações próprias.

A *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019) e o *Diário do Nordeste* (Campo, 2019a), por sua vez, valeram-se de informações de Arquivo a partir de incursões realizadas ao município em outros períodos; enquanto as demais se dão como produções realizadas a partir dos materiais de assessoria de comunicação que chegaram às redações.

Considerando estas possibilidades, notamos que as produções do *Portal Uol* (Albuquerque, 2019b), do *Portal Terra* (A trágica, 2019) e do *Diário de Pernambuco* (Campo, 2019b) são republicações realizadas a partir de textos disponibilizados por agências de notícias que comercializam tais produtos; e correspondem, respectivamente, às produções realizadas pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019) nos dois primeiros exemplos e pela *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019) no último caso. Enquanto as derivantes do *Deutsche Welle* realizam publicações com a íntegra da criação do jornalista Carlos Albuquerque e modulam variações na creditação da origem – no *Portal Terra* não há identificação do jornalista, diferente do que ocorre no *Portal Uol* que dá nome ao repórter – a decorrente da *Folha de S.Paulo* realiza uma leve alteração no título, sem empenhar outras modificações no corpo da reportagem. Considerando estes aspectos de equivalência, optou-se por manter tais publicações no escopo da pesquisa a fim de discutirmos as particularidades destas publicações no que tange às relações entre jornalismo e memória; ao passo em que, a partir daqui, nos referiremos apenas às produções referenciais considerando que, neste caso, não há adaptações narrativas.

No que diz respeito às textualizações, a produção do *Repórter Ceará* (Campo, 2019c) é a única que produz atenção exclusiva à cerimônia e não realiza entrevistas que mobilizem perspectivas ao acontecimento histórico. O recurso citado, por sua vez, é notório em todas as demais iniciativas; importa, então, notarmos a variedade de agentes mobilizados nas entrevistas: o advogado Valdecy Alves, apresentado como um dos ativistas pela patrimonialização, é apresentado pelo *El País* (Rossi, 2019), pelo *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019), pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019), pelo *Diário de Pernambuco* (Campo, 2019b) e pelo *O Povo* (Único, 2019) – sendo, neste último, a única perspectiva externa à redação acolhida na produção; o diretor do Depto. de Cultura do Município, Breno Torquato, é entrevistado pelo *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019); o prefeito Maurício Pinheiro é escutado pela *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019) e pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019). Representando o Ministério Público, Geraldo Laprovitera dialoga com o *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019). Historiadores, como Kênia Rios, Frederico Neves, Rute Martins e Airton de Farias, são ouvidos pelo *El País* (Rossi, 2019), pelo *Diário do Nordeste* (Nascimento, 2019A), pelo *Portal G1* (Nascimento, 2019B). Por fim, não menos importante, moradoras

como Dona Alzira, escutada pelo *Diário do Nordeste* (Campo, 2019a) e Carmélia Gomes, entrevistada pela *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019) em 2014, são também chamadas a partilharem suas memórias.

Ao mobilizarem tais perfis em entrevistas, estas reportagens enredam proposições particulares aos ocorridos ao legitimarem determinadas perspectivas e ao selecionarem determinados aspectos das histórias partilhadas a fim de comporem suas próprias versões do acontecimento histórico. Com os agentes citados, a textualização da narrativa jornalística se enreda, em um primeiro momento, admitindo relações com agentes reconhecidos a narrarem aspectos da história; para, depois, entramar as perspectivas destas pessoas em meio a costura do texto e, com isso, sobrepor seus dizeres aos interesses particulares de cada editoria para conferir contornos específicos ao Campo do Patu. Em que pesem as particularidades das produções, é justo reconhecer tal tratativa como um dado comum entre elas e, como antevira Valéria Vilas Bôas (2018), como uma recorrência em produções jornalísticas que revelam os agenciamentos dos testemunhos e das narrativas que são encarnadas por entrevistados.

Notas sobre narrativas jornalísticas

A cerimônia de patrimonialização em 20 de julho é destacada nas produções narrativas; sem, no entanto, constituir-se como um dado central das narrativas. A opção das reportagens, diante do chamado de pauta com o marco patrimonial, direciona-se aos contornos da história conferida pelo tombamento. Para além do informe sobre a realização do evento, *El País* (Rossi, 2019) é o único a tomar posição sobre a cerimônia ao ironizar que “a oficialização deve ocorrer com toda pompa” em meio a um espaço que “antes era símbolo da pobreza”.

O detalhamento do Sítio Histórico, conferido no Decreto Municipal (Senador Pompeu, 2019), elenca os itens arquitetônicos pertencentes ao Campo do Patu que, por sua vez, são evidenciados em todas as produções. Nas narrativas jornalísticas, destaca-se o conjunto formado por 12 casarões, três casas de pólvora, um cemitério, uma barragem e outras instalações prediais como integrantes do Sítio Histórico. Assim, partindo do marco patrimonial, as narrativas assemelham-se no reconhecimento de uma espacialidade comum ao Campo do Patu.

Um aspecto interessante desta afirmação é a escolha das imagens inseridas nas reportagens. Há, como notamos, uma predominância de fotografias dos casarões que, por vezes, constituem-se como a única imagem de toda a reportagem. A única produção que não elenca uma fotografia das ruínas é a reportagem da *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019); contudo, em con-

junto com a reportagem de circulação impressa e digital, articula-se uma fotorreportagem sobre os campos de concentração que destaca, como observa Macêdo (2023), estas locações.

Para além da dimensão institucional conferida a estas espacialidades pelo tombamento do Sítio Histórico, há uma iconicidade admitida a estas locações. Isto é, ao considerarmos a presença das ruínas, somos interpelados pelas histórias que nelas se abrigam. Por isso, elas se constituem como um dispositivo narrativo que mobiliza a presença dos campos de concentração por dimensões simbólicas. Não à toa, ao confrontarmos outras produções visuais sobre os campos de concentração, como reportagens em telejornalismo realizadas pela *Rede Globo*, pela *TV Diário* ou *RedeTV* em períodos diversos (Macêdo, 2025a; Macêdo & Machado, 2025), a presença dos prédios em ruínas assume posto estrutural.

É nesta presença dos casarões em ruínas que o historiador Aterlane Martins (2015) elenca um dos aspectos que confere particularidade ao Campo do Patu em razão aos demais; que, por sua vez, é também destacado nas reportagens. Exceto no texto do *Reporter Ceará* (Campo, 2019c), todas as produções afirmam a exclusividade de Senador Pompeu como a última cidade em que as ruínas dos campos de concentração de 1932 ainda são reconhecíveis.

A responsabilidade social conferida ao Estado ao “reconhecer a existência de campos de concentração no Ceará, onde direitos humanos foram violados”, como aponta *O Povo* (Único, 2019); ou, nos termos de *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019), para quem “representa o reconhecimento de um capítulo trágico da história do Ceará e do Brasil”; é um dos elementos comuns entre as publicações. Em todas elas, conclama-se a importância de lembrar destes acontecimentos; assim como admitem a patrimonialização como um fundamento para o dever de memória.

Um outro aspecto narrativo comum entre as publicações está no reconhecimento da criação dos campos de concentração como uma medida de controle populacional exercida pelo Estado “para conter retirantes esfomeados que tentavam chegar à capital do Estado”, para ficarmos nas palavras da *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019); ou “para confinar retirantes que seguiam para a capital cearense, fugindo da seca e da fome”, se optarmos pelos escritos do *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019). Em que pese a variação das palavras entre as publicações, o sentido narrativo é convergente em todas as reportagens e voltam-se ao reconhecimento das sanções produzidas pelo Estado aos sertanejos que se propunham alcançar à capital em fuga da situação de miséria que os afligiam naquele período.

Figura 1: Ruínas do Campo do Patu



Fonte: Acervo de Pesquisa

Apenas no *Portal G1* e no *Deutsche Welle* há um tom político mais demarcado ao, respectivamente, proporem que “campos de concentração eram espaços de aprisionamento” (Nascimento, 2019b) e que a ideia de ‘concentrar’ estava acompanhada à lógica de “darwinismo social” em que se exercia o “domínio de uma ‘raça’ sobre outra” (Albuquerque, 2019). Para enredar estas posições, mobilizam articulações históricas com experiências anteriores de campos de concentração no Brasil e em outros países para, com isso, construírem argumentos que se voltam a considerar que o Estado aprendeu, com o tempo e com as experiências, a produzir tecnologias de confinamento.

Quem também realiza estas incursões e constrói perspectivas históricas aos campos de concentração são os jornalistas envolvidos nas produções do *O Povo* (Único, 2019), da *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019), do *Diário do Nordeste* (Campo, 2019a) e do *El País* (Rossi, 2019). Estas produções, em detrimento da eventualidade da cerimônia de tombamento e dos apontamentos históricos conferidos pelo marco patrimonial, realizam esforços de apuração peculiares que, por sua vez, conferem uma trama singular de influências e de reverberações em que a historicidade do acontecimento se maneja a partir das textualizações.

Ainda que todas as reportagens mobilizem articulações com as experiências de abarracamentos na seca de 1877 e com o campo de concentração em Fortaleza na seca de 1915, as formas como cada jornal articula estes elementos se dá de modos muito peculiares. O *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019), por exemplo, é o único que, considerando estas relações de historicidade do acontecimento; propõe que “o governo local trilhava um caminho já percorrido por outros países” ao citar o caso em que “os EUA criaram campos desse tipo para internar indígenas Cherokee”.

A diversidade das elaborações narrativas também é perceptível quando as produções se propõem a detalhar os cotidianos nos campos de concentração. Neste recorte narrativo, encontramos aspectos específicos que já não são comuns a todas as reportagens. A alimentação precária e insuficiente é destacada pelo *Diário do Nordeste* (Nascimento, 2019a), pelo *O Povo* (Único, 2019), pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019) e pelo *El País* (Rossi, 2019). Os trabalhos forçados aos quais os confinados eram submetidos são apontados pelo *O Povo* (Único, 2019), pela *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019) e pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019). A dimensão turística dos campos de concentração que, em 1932, mobilizavam famílias do Sul do país para conhecer a miséria que os parecia incrível é destacada na *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019) e no *Diário do Nordeste* (Nascimento, 2019a). O excesso de mortes, por sua vez, é denunciado na *Folha*

de S. Paulo (Balloussier, 2019), no *El País* (Rossi, 2019), no *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019; Campo, 2019a), no *Repórter Ceará* (Campo, 2019c) e no *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019); enquanto *O Povo* (Único, 2019) e o *Portal G1* (Nascimento, 2019b) não mencionam o assunto.

Ao afirmarem e ao rejeitarem determinados aspectos atribuídos ao cotidiano dos campos de concentração, cada reportagem se formata como uma tomada de posição em que as criações jornalísticas visibilizam determinados aspectos dos campos de concentração; e, com isso, exercem seus próprios movimentos para lembrar e esquecer a partir do que admitem como digno a se fazer presente em suas produções. Esta percepção se fortalece quando consideramos os dissensos que as reportagens fomentam sobre a institucionalização do sítio histórico e sobre as relações entre os confinamentos no Patu e os campos de concentração na Alemanha Nazista.

No primeiro, podemos notar duas perspectivas distintas: a primeira atribui ao Município o empreendimento de patrimonialização e, partilhada pelo *Diário do Nordeste* e pela *Folha de S. Paulo*, reconhecem que “a iniciativa partiu do Município” (Pimentel, 2019) e que a “Prefeitura quer preservar a história” (Balloussier, 2019) – valendo-se de aspas do Prefeito Maurício Pinheiro; a segunda, afirmada pelo *Repórter Ceará* (Campo, 2019c), pelo *Portal G1* (Nascimento, 2019b) e pela *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019), revela a intervenção do Ministério Público do Estado do Ceará (2017), a partir do Termo de Ajustamento de Conduta, para pressionar os agentes públicos a avançarem na patrimonialização – deslocando, com isso, as imagens de uma ação generosa ou responsável admitida à Prefeitura com a patrimonialização e com a solenidade.

No segundo, temos três perspectivas: a primeira, que se propõe a rejeitar associações entre as experiências do Patu com os ocorridos em Auschwitz, conclama as particularidades de cada experiência que não devem sucumbir em aparentes aproximações, como propõem o *El País* (Rossi, 2019) e o *Portal G1* (Nascimento, 2019b) em consonância com as proposições de historiadores. A segunda, realizada pela *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019), ressalta a anterioridade do Patu; sem, no entanto, se propor a elaborar vinculações entre elas. A terceira, mobilizada pelo *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019) se dá no reconhecimento de “algumas semelhanças, mas também diferenças fundamentais” ressaltando, dentre as semelhanças, os argumentos que elencam a eugenia constituinte dos dois casos; e, dentre as diferenças, o reconhecimento de que o caso cearense não tinha a morte por finalidade como ocorreu na Alemanha Nazista, mas dela se valia pelas omissões institucionais.

Por fim, um aspecto pouco abordado, mas ainda aparente está nas dinâmicas cotidianas da cidade em meio à patrimonialização e que surgem de modos pontuais em alguns periódicos. *O Povo* (Único, 2019), *El País* (Rossi, 2019) e *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019) destacam a fé popular em almas santas a partir da Caminhada da Seca. Além disso, a produção de um documentário sobre o caso é destacado no *El País* (Rossi, 2019) e o uso social do termo ‘curral’ para denunciar a desumanização nos confinamentos, por fim, é revelada apenas na produção da *Folha de S.Paulo* (Balloussier, 2019).

ENTRE NARRATIVAS E GESTOS DE MEMÓRIAS

Após quase dois meses da assinatura do Decreto Municipal (Senador Pompeu, 2019), a realização da cerimônia, em 20 de julho, é admitida como um ato político e como um marco midiático. Assim como o pesquisador Mayk Lenno Lima (2021), é justo notarmos que a assinatura pouco produziu repercussões midiáticas, enquanto a solenidade conferiu maiores engajamentos. O desígnio eventual em 20 de julho conforma, assim, um feito acontecimental em torno da patrimonialização do Campo do Patu; e, com ela, um dispositivo de agendamento midiático que convoca investimentos narrativos tanto ao marco inaugural – a cerimônia – quanto aos porvíres que tomam este momento como um ponto de partida para reconhecimento oficial da história.

Ao engendrar um acontecimento público, marcado pela ampla participação de iniciativas jornalísticas, cabe notarmos como as diferentes reportagens assumem a patrimonialização como ponto de partida para narra o caso; e, diferente de outros momentos, contam com uma perspectiva legitimada pelo Estado que aciona a ação jornalística. As iniciativas jornalísticas, diante do acontecimento conflagrado pela patrimonialização, reafirmam sua posição como “lugar contemporâneo de memória”, retomando as palavras de Luciana Amormino e de Anna Cavalcanti (2022) para quem as práticas jornalísticas ocidentais configuram rotinas, por vezes calendarizadas, para recobrar acontecimentos e, com isso, convocar modos de lembrar e esquecer dos ocorridos.

Diante da confluência de produções jornalísticas realizadas a partir do marco patrimonial, é justo reconhecermos tanto a variedade e a relevância de agentes nacionais e internacionais que aderem a este chamado; quanto a ineficácia da estratégia de, com a solenidade, obter uma cobertura jornalística da cerimônia. O que temos, como observado, são narrativas jornalísticas que se voltam a propor contornos aos campos de concentração e, especialmente, ao Campo do Patu – e não à solenidade.

As agências realizadas nas produções jornalísticas, como apresentado, delineiam os campos de concentração ao propor modos de lembrar e esquecer os acontecimentos. Em gestos de memória, as agências editoriais configuram cada texto como um chamado particular aos leitores para conferirem uma perspectiva sobre a história e, com ela, exercitem memórias a partir de dinâmicas e repertórios sociais. Assim, em diálogo com Barbie Zelizer (2008), para quem o jornalismo é constituído por memórias, enquanto delas também é constituinte, podemos considerar que cada reportagem é uma revisita aos acontecimentos a partir do chamado exercido pelo marco patrimonial. Tal consideração, diante das agências particulares de cada iniciativa, destoa de premissas homogêneas sobre memória e, ante ao chamado ético de valorização dos gestos de memória proferido por Amormino (2024), demanda reconhecer memórias heterogêneas que emergem com as reportagens quando distintos jornalistas, sob dinâmicas próprias, elaboram narrativas e, com elas, propõem memórias.

Como notamos, cada texto é narrativamente talhado por adesões e recusas a elementos diversos e, ao cruzar posições, propõe memórias específicas, valorosas por evidenciarem o labor que as enreda. Reconhecer as relações entre jornalismo e memória, como fazem Zelizer (2008) e Amormino (2024), implica valorizar a ação e voltar-se contra premissas de completude ou neutralidade. O que vemos são exercícios de poderes que conferem contornos singulares ao acontecimento histórico.

Com o que afirma e com o que silencia, cada texto modula-se por gestos complexos de memória; importa, portanto, mirá-los criticamente para questionar intencionalidades que os fundamentam. Notemos, por exemplo, o caso da *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019), único grupo a comparar os campos do Patu e de Auschwitz ao propor evidências de eugenia comuns, revelando perspectivas e interesses ao apontar a anterioridade de práticas de confinamento orientadas pelo “darwinismo social” no sul global — interesse não partilhado por outras editorias e criticado por historiadores (Macêdo, 2026).

Esta pluralidade de proposições e de intenções é particularmente sensível nas produções do *Diário do Nordeste* (Pimentel, 2019; Campo, 2019a; Nascimento, 2019a) em que, mobilizando aspectos distintos da história, realiza produtos jornalísticos diferentes a partir de entrevistas com agentes diversos, explorando aspectos particulares das pautas e propondo, ao seu público, tanto olhares específicos sobre determinados elementos; quanto possibilidades de interrelacionar estas produções.

As reportagens em estudo marcam-se pela predominância de iniciativas de apuração que, por sua vez,

codificam gestos específicos diante do acontecimento narrado sob a dicção jornalística; ao passo em que, com eles, nos propõem memórias deveras peculiares aos campos de concentração. Esta afirmação também se aplica ao *Repórter Ceará* (Campo, 2019c) frente ao seu lugar sintético que, em diferença aos demais, firma-se centralmente no chamado à solenidade; e, com isso, também modula relações entre lembrar e esquecer ao propor uma perspectiva aos seus leitores.

De modo especial, interessa considerarmos as produções do *Diário de Pernambuco* (Campo, 2019c) e do *Portal Uol* (Albuquerque, 2019b) que, em sendo aquisições de Agências que comercializam notícias, constituem-se como réplicas das produções, respectivamente, da *Folha de S. Paulo* (Balloussier, 2019) e do *Deutsche Welle* (Albuquerque, 2019a). Ainda que idênticas, não podemos descartar o papel exercido por estes grupos jornalísticos e a especificidade dos gestos de memória que exercem ante a este contexto. Para isso, interessa considerarmos três aspectos: o primeiro, referente a dimensão narrativa, diz da opção em manter o texto, exercendo um ato de anuência das proposições de memórias previamente elaboradas; a segunda, diz da referencialidade destas produções para distintas segmentações de público se considerarmos as dinâmicas territoriais e os engajamentos exercidos pelas redações jornalísticas nos lugares em que atuam; a terceira, por fim, diz da disponibilidade de consumo – especialmente no caso do *Diário de Pernambuco* ao disponibilizar o texto público em seu site, enquanto a publicação da *Folha de S. Paulo* impressa não é de circulação nacional e o acesso digital só é disponível para assinantes. Assim, se consideramos que há gestos de memória nas elaborações originárias, também devemos reconhecê-las em suas replicações – valorizando, neste caso, a especificidade da textualização e da circulação que as localiza, bem como as potências inerentes à esta situação.

Quando consideramos estas produções, podemos notar as proposições de memória que as aproximam e que as distanciam. O reconhecimento do lugar e dos componentes arquitetônicos do Campo do Patu, bem como as motivações históricas que fundamentaram a realização do campo de concentração são aspectos comuns que são percebidos nas elaborações narrativas em estudo. Já a conexão com Auschwitz, a origem da iniciativa de patrimonialização e as dinâmicas cotidianas do campo de concentração em 1932 e da cidade em 2019 frente às reverberações deste acontecimento constituem elementos deveras movediços e pelos quais, em cada caso, somos convidados a conferir perspectivas distintas. Tais diferenciações nos engajamentos jornalísticos frente à história são fundamentos da ação narrativa se, retomando os antevistos por Queré (2005) ou as contribuições Leal (2022), considerarmos que há uma multidimensionalidade do acontecimento

pela qual agimos admitindo composições que dizem mais sobre nossas ações, do que sobre as pretensas essencialidades atribuídas aos ocorridos.

As práticas jornalísticas, em seus engajamentos que configuram narrativas, são exercitadas sob gestos de memórias com as quais operam curadorias dos acontecimentos que tornam visíveis, enquanto outras legam ao silêncio. Em suas singularidades, as produções jornalísticas nos convocam a notar suas próprias articulações enquanto práticas socialmente legitimadas que elaboram memórias a partir das implicações ao agir em um dado espaço-tempo. Nos permitem notar o posto do jornalismo nas proposições de memórias, ao passo que nos interpelam a reconhecer nossos papéis engajados frente ao que fazemos, ao que optamos por fazer diante do que nos é narrado. As reportagens, operadas em gestos de memórias que as constituem, nos convocam, então, a praticarmos nossos próprios gestos frente ao que ela nos conta e ao que julgamos saber.

Por fim, não menos importante, importa considerarmos que as narrativas jornalísticas, tais quais as patrimoniais, voltam-se em proposições de memória que configuram uma experiência cultural do tempo (Assmann, 2020) orientada à progressividade. Isto é, em meio ao presente em que somos chamados a lembrar sobre os campos de concentração, eles nos são apresentados como dados encerrados e temporalmente distante; negando, assim, as reverberações dos acontecimentos e a sua presença constituinte a partir das narrativas que o reincidem em presenças simbólicas.

Como notamos, poucos são os apontamentos em que os campos de concentração são mobilizados a partir de suas reverberações, de suas presenças. Nisto, os gestos de memória mobilizados pelo jornalismo, tal qual a patrimonialização, voltam-se a conferência de conclusão e de estabilização do acontecimento ao passado. Em que pesem suas pluralidades distintivas, as reportagens nos propõem memórias de algo que já ocorreu, que é inerente ao passado e que nos pertence apenas em ruínas – o que também observamos nas reportagens telejornalísticas realizadas com o marco patrimonial, discutidas na tese (Macêdo, 2025a).

Ainda que as reportagens em estudo nos proponham uma memória de acontecimentos pretensamente superados, são nos processos de textualização e na pluralidade das narrativas jornalísticas sobre o acontecimento que a impossibilidade de os fixar ao passado e a potência das construções emergentes neste processo se dão como afirmações do caráter propositivo das memórias. Se há um convite a tomarmos estas reportagens como afirmativas de acontecimentos pretensamente superados, o que vemos – e vivemos – são dinâmicas em que a vivacidade dos acontecimentos ainda é sensível, ainda nos interpelam a agir.

Reconhecer as narrativas jornalísticas a partir dos gestos de memórias que as fundamentam diz, aqui, deste caráter agencial que as localiza como um chamado intencionado a lembrar e esquecer. Se, por um lado, as reportagens jornalísticas nos propõem determinados contornos aos campos de concentração, revelando as distintas elaborações de memórias frente ao chamado comum que as mobiliza; por outro, nós, como leitores, enredamos estas proposições aos nossos repertórios e, com eles, podemos constituir outros processos de memória. Como antevia Diana Taylor (2013) ao pensar as articulações entre os arquivos dos dispositivos e os repertórios do corpo como processos memoráveis, são nas tensões do encontro que a memória se exerce como uma potência criativa incontrolável.

Submetido: 23/09/2025

Aceito: 24/02/2026

REFERÊNCIAS

- Amormino, L. (2024). *A memória como gesto: um ato ético, estético e político*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG.
- Amormino, L., & Cavalcanti, A. (2022). Memória e temporalidade em narrativas jornalísticas: a efeméride “BH 120 anos” no jornal Estado de Minas. *Mídia e Cotidiano*, 16(3), pp. 283-303. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.52511>
- Assmann, A. (2020). *Is time out of joint? On the rise and fall of the modern time regime*. Ithaca: Cornell University Press.
- Leal, B. (2022). *Introdução às narrativas jornalísticas*. Porto Alegre: Sulina.
- Leal, B., Manna, N., & Jácome, P. (2019). Movimentos metodológicos em pesquisas do jornalismo: questões temporais e textuais. In B. Martins et al. (Orgs.), *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas* (pp. 67-87). Belo Horizonte: Relicário.
- Lima, M. L. (2021). *Sempre há esperança após a cerca e a seca: a patrimonialização do Campo de Concentração do Patu em Senador Pompeu-CE* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8514>
- Macêdo, D. (2023). Mirando montagens e montando miragens em fotorreportagem: Campos de concentração na *Folha de S.Paulo*. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 50, pp. 1-20. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2023.203145>
- Macêdo, D. (2024). Necropolíticas do confinamento: Da operacionalização à patrimonialização do Campo de Concentração do Patu, em Senador Pompeu/CE. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 21(2), pp. 144-165. <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v21iXXI.1582>
- Macêdo, D. (2025a). *Entre ruínas e fantasmas: Percursos no espaço-tempo com audiovisuais sobre os confinamentos na seca de 1932* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Macêdo, D. (2025b). Notas sobre pesquisar (com)textos: Textualidades e sensibilidades em performances. In S. Lima & A. Timoteo (Orgs.), *Metodologias em pesquisas acadêmicas-científicas: Subjetividades, afetações e práticas* (pp. 408-423). Rio Branco: Neplan Editora/EdUFAC.
- Macêdo, D. (2026). Patu (não) é Auschwitz: Políticas de memória para (des)aparecer um acontecimento. *Mídia e Cotidiano*, 20(1), pp. 38-65. <https://doi.org/10.22409/1rtc5k50>
- Macêdo, D., & Machado, E. (2025). Experiências temporais com reportagens e suas colorações: Notas sobre montagens televisuais. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 14(1), pp. 109-128. <https://rbhm.revistaalcar.org/index.php/rbhm/article/view/58>
- Martins, R. A. (2015). *Das santas almas da barragem à Caminhada da Seca: projetos de patrimonialização da memória no Sertão Central Cearense (1982 – 2008)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14518>
- Neves, F. (2000). *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Neves, F. (1995). Cural dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, 15(29), pp. 93-122. snh2017.anpuh.org/resources/download/1245525820_ARQUIVO_fredericodecastro.pdf
- Quéré, L. (2005). Entre facto e sentidos: a dualidade do acontecimento. *Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, (6), pp. 59-75.
- Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa: Livro 3*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp.
- Rios, K. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Editora UFC.
- Taylor, D. (2013). *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: EdUFMG.
- Vilas Bôas, V. (2018). *Contar não é o mesmo que viver: Jornalismo e subjetividade na atuação do repórter na televisão brasileira contemporânea* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7051431
- Zelizer, B. (2008). Why memory’s work on journalism does not reflect journalism’s work on memory. *Memory Studies*, 1(1), pp. 79-87. <https://doi.org/10.1177/1750698007083891>
- ### Documentos Públicos
- Ministério Público do Estado do Ceará. (2017, 29 de março). *Termo de Ajuste de Conduta Nº 002/2017: Tomador de Compromisso: Ministério Público do Estado do Ceará. Compromissado: Município de Senador Pompeu*. MPCE.
- Senador Pompeu. (2019, 30 de abril). *Decreto nº 15 de 30 de abril de 2019. Diário Oficial*.
- ### Publicações em estudo
- A trágica história dos “campos de concentração” do Ceará. (2019, 22 de julho). *Portal Terra*. terra.com.br/noticias/brasil/a-tragica-historia-dos-campos-de-concentracao-do-ceara,4bd0d4cb69e2ffca89b33e2fcf9e6548jxzlcvj4.html
- Albuquerque, C. (2019a, 20 de julho). A trágica história dos “campos de concentração” do Ceará. *Deutsche Welle*. dw.com/pt-br/a-tr%C3%A1gica-hist%C3%B3ria-dos-campos-de-concentra%C3%A7%C3%A3o-do-cear%C3%A1/a-49646665
- Albuquerque, C. (2019b, 20 de julho). A trágica história dos “campos de concentração” do Ceará. *Portal UOL*. noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/07/20/a-tragica-historia-dos-campos-de-concentracao-do-ceara.htm
- Balloussier, A. (2019, 4 de julho). Campo de concentração no Ceará, anterior aos de Hitler, será tombado. *Folha de S. Paulo*. folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/campo-de-concentracao-no-ceara-anterior-aos-do-nazismo-sera-tombado.shtml
- Campo de concentração é tombado na cidade de Senador Pompeu. (2019a, 20 de julho). *Diário do Nordeste*. diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/campo-de-concentracao-e-tombado-na-cidade-de-senador-pompeu-1.2125951
- Campo de concentração no Ceará, anterior aos do nazismo, será tombado. (2019b, 04 de julho). *Diário de Pernambuco*.

diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2019/07/campo-de-concentracao-no-ceara-anterior-aos-do-nazismo-sera-tombado.html

Campo de concentração de Senador Pompeu será tombado hoje, 20. (2019c, 20 de julho). *Repórter Ceará*. reporterceara.com.br/2019/07/20/campo-de-concentracao-de-senador-pompeu-sera-tombado-hoje-20/

Nascimento, T. (2019a, 20 de julho). Há 87 anos, campo de concentração em Fortaleza foi atração para visitantes de outros estados. *Diário do Nordeste*. diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ha-87-anos-campo-de-concentracao-em-fortaleza-foi-atracao-para-visitantes-de-outros-estados-1.2125607

Nascimento, T. (2019b, 20 de julho). Campo de concentração onde ‘flagelados da seca’ eram aprisionados é tombado no Ceará. *GI*. g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/

campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghtml

Pimentel, A. (2019, 30 de junho). Campo de concentração de Senador Pompeu será tombado. *Diário do Nordeste*. diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/campo-de-concentracao-de-senador-pompeu-sera-tombado-1.2117498

Rossi, M. (2019, 4 de julho). Quando a seca criou os ‘campos de concentração’ no sertão do Ceará. *El País*. brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html

Único campo de concentração preservado no Ceará é tombado em Senador Pompeu. (2019, 20 de julho). *O Povo*. opovo.com.br/noticias/ceara/senadorpompeu/2019/07/20/unico-campo-de-concentracao-preservado-no-ceara-e-tombado-em-senador-pompeu.html

RESUMO | RÉSUMÉ | ABSTRACT

Reportando memórias a partir da patrimonialização: Narrativas jornalísticas em campos de concentração do Brasil

Rendre compte des mémoires à partir de la patrimonialisation : récits journalistiques sur les camps de concentration au Brésil

Recalling Memories Through Heritage Designation: Journalistic Narratives on Concentration Camps in Brazil

Pt. Durante a seca de 1932, o Estado Brasileiro implementou 7 campos de concentração no Estado do Ceará para contenção dos fluxos migratórios. Essa história, marcada por silenciamentos e disputas de narrativas, é retomada com maior fôlego em 2019, com a patrimonialização do Sítio Histórico do Campo do Patu pela Prefeitura de Senador Pompeu que, além do reconhecimento institucional, mobilizou produções jornalísticas em caráter expressivo de editoriais nacionais e internacionais. Ao mapearmos produções decorrentes do marco patrimonial, tornou-se notório como ele e constituiu como um acontecimento que tanto admite compreensões ao caso histórico, quanto mobiliza outros agentes a se relacionarem com as narrativas que, com ele, são admitidas. Considerando que iniciativas jornalísticas realizam adesões e recusas ao que é narrado pelo marco patrimonial, passamos a investigar produções para observarmos os distintos agenciamentos exercitados. Neste trabalho, priorizamos as produções que se estruturam em formatos verbais – prioritariamente, publicações online e impressas – que constam um corpus de 12 trabalhos. A partir delas, podemos notar as tomadas de posição agenciadas por jornalistas – e suas empresas – ao narrar o caso; para, assim, observarmos as aproximações e os distanciamentos entre tais iniciativas. Nos interessa pensar que estas elaborações textuais se dão como proposições de memórias sobre os acontecimentos que envolvem os confinamentos instituídos na de cada de 30 e sobre as dinâmicas sociais e políticas que os tornavam possíveis; ao passo que, para isso, revelam as condições de narrar que são possíveis no momento histórico em que são produzidas. Assim, este artigo investiga as agências narrativas que fundamentam estas produções para, então, discutirmos as relações entre gestos de memória e jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo; Campo de concentração; Ceará; memória; patrimônio.

Fr. Pendant la sécheresse de 1932, l'État brésilien a aménagé sept camps de concentration dans l'État du Ceará en vue de contenir les flux migratoires. Longtemps mise sous silence et marquée par une guerre des récits, cette histoire est revenue sur le devant de la scène en 2019, lorsque la mairie de Senador Pompeu a inscrit le site historique de Campo do Patu au patrimoine. Au-delà de la reconnaissance institutionnelle, cet acte a fait l'objet d'une importante couverture médiatique dans la presse nationale et internationale. En recensant les productions découlant de ce processus de patrimonialisation, il est apparu clairement que celui-ci s'est constitué en événement qui, d'une part, permet diverses interprétations de ce cas historique et, d'autre part, incite d'autres acteurs à se positionner par rapport aux récits qu'il autorise. Considérant que les initiatives journalistiques manifestent des formes d'adhésions ou de refus vis-à-vis de ce qui est narré par l'acte patrimonial, nous avons entrepris d'analyser ces productions pour observer les différents agencements à l'œuvre. Dans cette étude, nous avons privilégié les productions textuelles – principalement des publications en ligne et imprimées –, qui composent un corpus de 12 travaux. À partir de ces productions, nous pouvons identifier les prises de position des journalistes – et de leurs entreprises – dans la mise en récit du cas, puis observer les convergences et les divergences entre ces initiatives. Nous proposons de considérer que ces élaborations textuelles se présentent comme des propositions de mémoire sur les événements liés aux confinements instaurés dans les années 1930, ainsi que sur les dynamiques sociales et politiques qui les ont rendus possibles ; ce faisant, elles révèlent les conditions de narration possibles au moment histo-

rique où elles sont produites. Ainsi, cet article examine les agentivités narratives qui sous-tendent ces productions, pour interroger ensuite les relations entre gestes de mémoire et journalisme.

Mots-clés : journalisme, camp de concentration, Ceará, mémoire, patrimoine.

En During the drought of 1932, the Brazilian government established seven concentration camps in the state of Ceará to curb migratory flows. This history, marked by silences and disputes over narratives, was revisited with renewed vigour in 2019, with the designation of the Campo do Patu Historical Site as a heritage site by the Senador Pompeu Municipal Council, which, in addition to institutional recognition, prompted significant journalistic coverage in national and international media. In mapping the journalistic coverage arising from the heritage designation, it became evident how it functioned as an event that both facilitated understanding of the historical case and mobilised other actors to engage with the narratives it enabled. Given that journalistic initiatives both endorse and reject what is narrated by the heritage landmark, we go on to investigate these reports to observe the distinct forms of agency at play. In this study, we prioritised reports structured in verbal formats – primarily online and print publications – comprising a corpus of 12 works. From these, we can observe the stances taken by journalists – and their employers – in their reporting of the case, thereby enabling us to note the similarities and differences between such approaches. We are interested in considering that these textual constructions function as propositions of memory regarding the events surrounding the lockdowns imposed on 30th March and the social and political dynamics that made them possible. These dynamics reveal the conditions of narration that are possible at the historical moment in which they are produced. Thus, this article investigates the narrative agencies underpinning these productions in order to discuss the relationships between acts of memory and journalism.

Keywords: journalism; concentration camp; Ceará; memory; heritage.

